

M. Identificação e Caracterização de Tombamentos

Para o entendimento da história de um povo ou de uma comunidade, não basta considerarem-se somente os registros oficiais da ocorrência dos fatos históricos. Outras fontes devem ser levadas em conta para que se alcance um grau mais acurado de confiabilidade da reconstituição histórica. Assim, a história de qualquer localidade do território brasileiro é parcial quando considerada somente a participação, enquanto agente da história, do elemento europeu, ou africano, por intermédio do colonizador. O elemento indígena, embora omitido, tem grande participação no processo histórico de formação da nação e da identidade brasileira. E a sua parcela na história é contada, em grande parte, pelos elementos de sua cultura material. A peculiaridade das formas culturais dessas populações há muito vem despertando a curiosidade, com:

“O recolhimento de elementos materiais das culturas ameríndias teve início com o descobrimento do Novo Mundo. Esses artefatos tornam-se conhecidos na Europa por meio das crônicas orais ou escritas, gravuras, desenhos e por si próprios. (...) Integravam os “Gabinetes de Curiosidades”, precursores dos atuais museus, dentre os quais sobressaía o dos Médicis, de Florença”. Ribeiro & Velthen (1998 p. 103).

Outro elemento que é de grande importância para a reconstituição da história indígena está na dispersão e evolução das línguas indígenas. A reconstrução das línguas indígenas pode fornecer dados muito precisos sobre as suas origens, dispersão e contatos entre diferentes grupos, bem como a cronologia desse grupo, chegando-se a inferir na formação dos seus territórios. Os estudos das línguas indígenas são tão importantes que:

“O método de reconstrução não só nos diz que um grupo de línguas modernas deriva de uma ancestral comum, como também quais estão mais próximas entre si, dentro desse grupo, e quais mais distantes. Desse modo é possível construir uma stamnbäum ou árvore genealógica de uma família lingüística, indicando em termos relativos quanto às línguas de uma família se diferenciam umas das outras”. Urban (1998, p. 88).

Os registros etnográficos para a serra fluminense sempre foram de menor monta que os do litoral, já que o seu contato se dá no processo de interiorização da colonização, quando o europeu começa a entrar em contato com outros grupos diferentes do Tupi-guarani do litoral. O grupo que habitava essa região é aquele pertencente ao tronco lingüístico denominado de Gê, com a presença identificada dos grupos Puri-Coroado, Goitacá ou Guatacá e Botocudo ou Aimorés. Os dois principais grupos indígenas, não Tupi, que habitaram essa região são os Goitacaz e os Puri-Coroados.

A origem dos índios Puri-Coroados, segundo Lamego (1974), remonta a união entre os Goitacaz e os Coropós. Embora haja uma discussão, até hoje, sobre a real origem desse grupo, há autores que os consideram como descendentes dos Puri, que se mesclam com os Tupis e Suruçus, resultado da expansão européia, auxiliada pela expansão dos grupos de língua tupi, associados com o colonizador. Esses grupos ocuparam toda a região da

serra do Rio de Janeiro, até Minas Gerais, chegando a interagir com grupos que lá viviam, até o rio Doce. Um fator que agrega esses grupos é o seu horizonte tecnológico caracterizado por grupos originários de padrões de caçadores-recoletores, que adquirem a cerâmica e, posteriormente, a agricultura.

O registro etnohistórico da região serrana do Norte Fluminense, observada em Nimuendaju (In: IBGE/PROMEMÓRIA,1981), relaciona como tronco lingüístico principal existente na região o Tupi, relacionando as seguintes línguas: Tamoio, Tupinambá e Tupinakí. Esse tronco apresenta uma dispersão centrada no litoral, mas ocupa quase toda a extensão do território do estado. Outro tronco lingüístico menos expressivo presente na região é o Matakó, com as línguas Puri, Coroado e Koropó. Sua dispersão está centrada na área serrana, em especial, próxima à divisa com Minas Gerais, em especial entre os rios Paraíba do Sul e Itabapoana. Alguns grupos de línguas isoladas são colocados por Nimuendaju (Op. Cit.) no entorno da região em questão, que são: Sacarú, Xumetó/Pitá, Arary e Guarú. O Quadro 5.3-45 abaixo mostra a situação desses grupos.

Quadro 5.3-45. Relação histórica dos grupos étnicos da região serrana do Norte Fluminense.

GRUPO	FAMÍLIA	DOCUMENTAÇÃO	
		DATA DE REGISTRO	SITUAÇÃO
Tupinambá	Tupi	1554-1582	Extinta
Tamoio	Tupi	1597	Extinta
Tupinakí	Tupi	1619	Extinta
Puri	Matakó	1800	Extinta
Koropó	Matakó	1750-1818	Extinta
Coroado	Matakó	1750-1818	Extinta
Sacarú	Isolada	1819	Extinta
Xumetó/Pitá	Isolada	1814	Extinta
Arary	Isolada	1814	Extinta
Guarú	Isolada	1650-1700	Extinta

Fonte: NIMUENDAJU, K.. *Mapa Etnohistórico de Kurt Nimuendaju*, Rio de Janeiro, IBGE/PRÓ-MEMÓRIA, 1981.

Essa região foi ocupada extensivamente por grupos de língua Makató desde o Rio Paraíba do Sul até o Itabapoana. Nota-se que no território do Estado do Rio de Janeiro, os grupos Koropó, Puri e Coroado, apresentam-se em toda sua extensão norte, tendo mostrado um fluxo entre esse estado e o de Minas Gerais. No tocante aos Temiminó, sua área de ocupação está restrita ao território Capixaba, em uma faixa que ocupa a parte central do estado. O registro do sentido da migração do grupo, demarcado por Nimuendaju (1981), indica a direção da margem do Itabapoana para o centro do estado, voltando-se para o litoral, onde encontraria a área Tupinaká.

✓ Arqueologia Regional

A região norte do Estado do Rio de Janeiro vem sendo alvo de pesquisas arqueológicas sistemáticas desde a década de 40, que em sua maioria tratava de sítios arqueológicos isolados. Devido a esse tipo de abordagem, os dados disponíveis, embora frutos de um

volume de publicações elevado, muitas vezes mostram-se incompletos, dificultando o delineamento de um quadro regional mais amplo. A partir dos dados disponíveis, pode-se caracterizar a Arqueologia Fluminense a partir dos períodos pré-histórico e histórico. Para delinear um quadro da arqueologia regional, na área de influência indireta do empreendimento, optou-se por restringir-se a área do Norte Fluminense.

As ocupações do período pré-histórico, de modo geral, podem ser colocadas como iniciando em torno de ± 10.000 A.P. (Mendonça de Souza, 1995), chegando aos grupos indígenas encontrados pelo colonizador. Dentre esses grupos, deve-se destacar o papel de grupos como os Goitacáz, que mesmo com um contato intenso com o europeu, através das sucessivas batalhas travadas, optou por permanecer com o seu padrão cultural, culminando, de acordo com alguns autores, na sua união com o grupo Puri. No que diz respeito ao período histórico, têm-se dois tipos de sítios que devem ser observados. O primeiro tipo é de sítios que possuem remanescentes da vida cotidiana dos grupos de colonizadores europeus que aqui chegaram. O segundo tipo representa os sítios de origem da etnia negra, resultado tanto do sistema escravista (senzalas, cemitérios, muros, etc.), quanto dos movimentos de revolta desses escravos (quilombos e outros assentamentos).

Na região estudada foram identificados junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 66 Sítios Arqueológicos em área continental. São listados a seguir os sítios da área de influência indireta do empreendimento, em atendimento ao termo de referência dedicado ao balizamento desse estudo.

Os sítios estão concentrados nos municípios de Armação dos Búzios (11), Cabo Frio (46), Campos dos Goytacazes (2), em Macaé (4), São João da Barra (2) e em Quissamã (1). O Quadro 5.3-46, a seguir, apresenta a identificação e denominação dos sítios.

Quadro 5.3-46. Sítios Arqueológicos na Área de Influência Indireta

Armação dos Búzios	Cabo Frio		Campos dos Goytacazes	Quissamã	São João da Barra	Macaé
Amarras	1º Plateau	Sambaqui do Tambor	Fazenda Santa Rita	Sítio Arqueológico de São Miguel de Barra do Furado	Ponta do Caçador	Sambaqui do Curral
Barracuda	Abrigo Praia dos Anjos	Sambaqui Fernandes do Couto	Sítio da Santa Casa		Rui Saldanha	Sambaqui do Glicério
Dunas da Casa do Sr. Abel	Alinhamento das Pedras Formando Ângulo Reto	Sistema de Captação de Água				Sítio da Ilha de Santana
Sambaqui da Ponta do Geribá	Arrumação de Pedras em feição de Grega	Sítio Arco-Iris				Sítio Tupiguarani de Jurubatiba
Sambaqui dos Tucuns	Boca da Barra	Sítio Arqueológico de Manguinhos				
Sítio Arqueológico da Praia de Geribá	Casa de Pedra Francesa	Sítio Arqueológico do Cemitério de Cabo Frio				
Sítio Arqueológico dos Campos Novos II	Duna da Boa Vista	Sítio Arqueológico do Meio				
Sítio Clube da Esquina	Fortaleza Inglesa	Sítio Arqueológico do rio Uma I				
Sítio do Ouriço	Ilha Palmeira	Sítio Arqueológico do rio Uma II				
Sítio Duna Geribá	Morro da Guia	St Arq Hist do Conj de Lajes com Desenhos Esculpidos				
Sítio Geribá II	Pátio do Convento Nossa Senhora dos Anjos	Sítio Arqueológico Histórico da Boca da Barra				
	Polidores de Cabo Frio	Sítio da Concha				
	Quilombo	Sítio da Depressão				
	Sambaqui Antônio Reis	Sítio da Malhada				
	Sambaqui da Ilha da "Boa Vista"	Sítio da Salina do Però				
	Sambaqui da "Ilha do Vigia"	Sítio do Forte (Sede Náutica do Tamoio)				
	Sambaqui da Fazenda Batelão	Sítio do Nacil				
	Sambaqui da Fazenda da Malhada	Sítio do Trator				
	Sambaqui da Ilha da Boa Vista	Sítio Fazenda São José				
	Sambaqui da Ilha da Conceição	Sítio Manuel Vitorino				
	Sambaqui da Ponta do Arpoador	Sítio Netuno				
	Sambaqui da Salina Peroano	Sítio Passagem das Dunas				
	Sambaqui do Forte	Sítio Praia do Però				

Fonte: Home Page IPHAN (11/04/03)

✓ Ocupação Pré-histórica

As primeiras ocupações registradas para o Estado do Rio de Janeiro, remontam a grupos caçadores-recoletores generalizados, cujo principal vestígio são os artefatos lascados de quartzo (hialino). A pesquisa desses grupos ainda é reduzida na região, mas o norte do estado tem apresentado vestígios de ocupações, em tipo de sítio e artefatos lascados, que podem ser associados aos grupos do estágio Paleoíndio, que tem uma cronologia em torno dos 11.000 anos A.P. Pode-se mencionar, para sítios desses grupos, o trabalho de Dias Jr. (1975) e o registro de um abrigo sob-rocha no município de Porciúncula. Na área do litoral registra-se a ocupação mais antiga em torno de 8.000 anos A.P., em sítios do tipo Sambaqui, que são acúmulos intencionais de conchas, que foram consumidas por grupos que se assentaram, preferencialmente, em regiões de mangue. Perota (Mendonça de Souza, 1992, comunicação pessoal) informa da existência de sambaquis fluviais, desde a desembocadura do rio Itabapoana, penetrando por sua calha, mesmo em áreas distante do mar, em água doce.

Em sua área litorânea foram identificadas ocupações que remontam as culturas sambaqueiras, com uma datação que remonta a 8.000 A.P. (Dias Jr. 1987) e pelos grupos da Tradição Itaipu. Para a ocupação dos sambaqueiros foi identificada a fase Macaé (Dias Jr. 1969) que dispõe de datações entre de 7.830 ± 130 e 3975 ± 160 A.P., sendo que essa fase teria uma expansão que coloca os seus limites nos litorais do Rio de Janeiro e São Paulo. Esses grupos estariam assentados em áreas de mangues, com uma dieta voltada para o consumo de moluscos. Seus assentamentos são montes de conchas construídos para a habitação e enterramento.

A ocupação que sucede aos sambaqueiros é a chamada Tradição Itaipu, em suas duas divisões, a fase A e B, como sítios de ocupação de ambientes dunares, com uma dieta voltada para o consumo de peixes (Dias, 1977/76). Os sítios da fase A são localizados na beira de mangues e lagoas de pouco movimento, mais interioranas. Os sítios da fase B localizam-se em áreas de praias de mar aberto, fixando-se sobre dunas estáveis, com dimensões variáveis. Seu assentamento preferencial está relacionado ao final de longas praias, onde a curvatura do litoral é mais acentuada. Dias Jr considera um fator importante para ocorrência desses sítios a existência de lagoas, em especial onde a arrebentação é menos violenta e que contam com mangues. Nas camadas superiores desses sítios pode ser observada a presença de material cerâmico, mas não há nenhuma relação estabelecida. O seu autor considera que esses grupos podem ter desenvolvido uma forma de cultivo incipiente de vegetação associada a essas lagoas.

A ocupação subsequente pode ser chamada de horizonte horticultor, quando chegam os grupos detentores de tecnologia cerâmica e domesticação de vegetais. O primeiro assentamento que chegou a esta área e foi registrado nesse horizonte, é a chamada tradição Una, formado por sítios de pequenas dimensões, classificados como de pequenas aldeias. Sua cronologia inicia-se por volta de ± 1.450 A.P., até a chegada do elemento europeu na região. Trata-se de grupos que se assentam tanto no interior como no litoral, caracterizados por uma ocupação mais sedentária, indicando um tipo de cultivo incipiente. Identificada originalmente por Dias Jr. (1969), é composta pelas fases Urural, Mucuri, Ipuca, no Rio de Janeiro, Jucu e Tangui, para o Espírito Santo (Perota, 1969 e

1974). Exemplos dessa tradição podem ser encontrados em outros estados, como Minas Gerais, Goiás e, possivelmente, Bahia.

Essas ocupações podem ser divididas em dois padrões: para o interior os sítios, em sua maioria, ocupam abrigos sob-rocha, e no litoral são aldeias a céu aberto. Sua cerâmica é marcada por vasilhames de pequenas a médias dimensões, de contornos simples e, eventualmente, carenados. Seu antiplástico predominante é o mineral (areia, quartzo, etc.), apresentando casos com utilização do carvão e da cinza. Sua superfície é predominantemente simples, com o tratamento entre bem alisada e polida, com raros casos em que se observa a decoração plástica. Além do material cerâmico, esta tradição possui uma indústria de artefatos em osso e concha bem marcados, além de artefatos lascados e polidos, tais como lâminas de machado polido em diabásio, percutores em granito e diabásio, quebra-cocos, moedores e alisadores em gnaisse (Dias Jr., 1969).

✓ Ocupação Histórica

Como a Arqueologia está preocupada em recuperar e entender as formas sociais que o homem desenvolveu em seu passado, as formas sociais históricas que ocorrem na área do empreendimento, espelhadas na cultura material remanescente, também fazem parte do presente estudo. O processo de ocupação colonial de toda a região Norte Fluminense remonta as primeiras tentativas de estabelecimento de Benfeitorias Coloniais, como é o caso de Vila da Rainha, uma das primeiras cidades fundadas na região e que foi sucessivamente destruída pelos Goitacaz, embora ainda não tenha sido localizada (Mendonça de Souza, 1993).

Grandes fazendas foram estabelecidas na região com a implantação do ciclo da cana-de-açúcar, criando um grande patrimônio histórico a ser observado. Além disso, muitas dessas construções não chegaram aos dias atuais intactas, o que demandaria uma atenção de trabalhos arqueológicos. Soma-se a isso as outras formas de construções que existiram tanto nas fazendas, como nas pequenas cidades que remontam aos habitantes mais antigos da região, possibilitando reconstituir o processo ocupacional da área.

A partir desse ciclo econômico, um fato importante que marca uma nova forma de vestígios é a importação intensa de escravos da África, tornando essa região uma das mais ricas do estado, graças ao tráfico negreiro, que perdura mesmo com a proibição inglesa. Grandes fortunas foram feitas com essas atividades alavancando à economia da região e estruturando grupos poderosos, a partir da escravidão. Com essa importância econômica, cresce o número de escravos na área, e com isso as construções destinadas a abrigá-los. Tem-se registrado a ocorrência de senzalas, pelourinhos e seus retos pela região (Mendonça de Souza, 1993), bem como outras construções.

Na sua área serrana, mais precisamente na Serra do Tardin, foi localizado na primeira campanha de prospecção do Programa Arqueológico Norte Fluminense, um cemitério de escravos, na fazenda de propriedade do senhor Mário Nunes, que já conta com enterramentos de pessoas de sua própria família. Ao redor do cemitério há um muro de pedra construído pelos escravos, sem nenhuma argamassa, e de acordo com informações do proprietário se estenderia por toda a fazenda e, hoje em dia, restariam apenas alguns segmentos do mesmo (Mendonça de Souza, 1983). Um outro tipo de sítio

relacionado aos escravos foi localizado nessa região, que é o Cemitério de Manguinhos. Embora seja no litoral, o mesmo tem a importância de demonstrar uma prática, por parte dos comerciantes de escravos, de seleção dos mais fortes para a venda. Esta seleção era feita a partir dos enterramentos (não sepultamento) daqueles elementos que não teriam sobrevivido ao transporte até o Brasil, e daqueles que teriam alguma doença, conforme trabalho de Mendonça de Souza et al. (1994).

Em que pese às unidades de conservação da natureza presentes na região estudada (descritas no item dedicado ao diagnóstico do meio biótico), nas áreas costeiras dos municípios da área de influência indireta não há registro de Sítios do Patrimônio Mundial Natural e Reservas da Biosfera, ambos instituídos pela UNESCO.